



Narrativas da Fronteira: paisagens discursivas da imigração venezuelana no Brasil

Liana de Andrade Biar

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: lianabiar@puc-rio.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8673-8668>

Maressa Fernanda Almeida da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: maressafernanda06@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9633-4095>

Resumo: Neste artigo atendemos ao chamado interdisciplinar de mapear práticas migrantes, lançando mão da noção de paisagens discursivas. Observamos os discursos da/sobre a circulação e presença de sujeitos deslocados de origem venezuelana nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, estado de Roraima. Os dados advêm de trabalho de campo e entrevistas qualitativas gravadas na região nos anos de 2018 e 2019. Especificamente, focalizamos narrativas orais produzidas pelos próprios atores sociais implicados no fenômeno – migrantes, residentes de Roraima, gestores governamentais e não-governamentais. As análises, de base qualitativa e interpretativa, de orientação discursiva, iluminam o modo como os sujeitos narrativamente constroem o espaço da fronteira, organizando o mundo social que os cerca e os colocando em relação com a experiência migratória e com os discursos circulantes.

Palavras-chave: paisagens discursivas, migração venezuelana, Análise de Narrativa

Border Narratives: discursive landscapes of Venezuelan immigration in Brazil

Abstract: In this paper we answer the interdisciplinary call to map migrant practices, recruiting the notion of discursive landscapes. We observe the discourses on/about the circulation and presence of Venezuelan asylum-seekers in the cities of Boa Vista and Pacaraima, Roraima. The data were a product of fieldwork and qualitative interviews recorded in the region between 2018 and 2019. Specifically, we focus on oral narratives produced by the social actors involved in the phenomenon – asylum-seekers, inhabitants of Roraima, governmental and non-governmental administrators. The analyses, based on a qualitative and interpretative, discursive orientation, shed light on the way in which the subjects narratively construct the border, organizing the social world that surrounds them and the circulating discourses.

Keywords: discursive landscapes; Venezuelan migration; Narrative Analysis.

Narrativas de frontera: paisajes discursivos de la inmigración venezolana en Brasil

Resumen: En este artículo respondemos al llamado interdisciplinario de mapear las prácticas de los migrantes, haciendo uso de la noción de paisajes discursivos. Observamos los discursos de/sobre la circulación y presencia de solicitantes de asilo de origen venezolano en las ciudades de Boa Vista y Pacaraima, estado de Roraima. Los datos provienen de trabajos de campo y entrevistas cualitativas registradas en la región en 2018 y 2019. Específicamente, nos enfocamos en las narrativas orales producidas por los actores sociales involucrados en el fenómeno: solicitantes de asilo, habitantes de Roraima, gestores gubernamentales y no gubernamentales. Los análisis, basados en una orientación cualitativa, interpretativa y discursiva, arrojan luz sobre la forma en que los sujetos construyen narrativamente el espacio fronterizo, organizando el mundo social que les rodea y poniéndose en contacto con la experiencia migratoria y con los discursos circulantes.

Palabras clave: paisajes discursivos, migración venezolana, Analisis de la Narrativa.

Recebido em: 30-06-2023
Aceito em: 30-04-2024



1. INTRODUÇÃO

Resultado de um projeto de pesquisa interdisciplinar realizado pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, o presente artigo propõe observar, a partir de um ângulo discursivo, aquilo que hoje é considerado o maior êxodo da história recente da América Latina. Mais especificamente, tratamos aqui dos discursos da/sobre circulação e presença de migrantes de origem venezuelana nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, estado de Roraima, nos anos de 2018 e 2019, ocasião em que estivemos nessas duas cidades em incursão de inspiração etnográfica.

Em 2018, o primeiro ano de geração de dados para o projeto de pesquisa, o Brasil havia recebido 61.681 solicitações de refúgio de cidadãos venezuelanos¹. Dados de agosto de 2020, após a conclusão do trabalho de campo, indicavam que os/as venezuelanos/as formavam 90% da população refugiada do país. Dessa forma, o Brasil se tornou o país da América Latina com o maior número de venezuelanos/as reconhecidos/as com esse estatuto, somando à época um número total de cerca de 46 mil pessoas.² Em levantamento organizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir de informações fornecidas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), revelou que, no ano de 2022, o Brasil recebeu 50.355³ solicitações de refúgio. Destas, 67% advém de cidadãos venezuelanos. O número total representa um aumento significativo de mais de 20 mil solicitações se comparado aos anos de 2020 e 2021, período mais grave da pandemia de Covid-19. Somando-se refugiados, solicitantes de refúgio e residentes, estima-se que mais de 510 mil venezuelanos/as estejam ou já tenham passado pelo Brasil.

No campo dos Estudos da Linguagem, é comum que pesquisas sobre “paisagens linguísticas” (GORTER, 2006; SHOHAMY e GORTER, 2009; BLOMMAERT, 2013) se debrucem sobre o conjunto de elementos semióticos que compõem a diversidade dos espaços urbanos contemporâneos. Tomamos emprestada essa terminologia para definir o objeto de investigação deste artigo. A partir de entrevistas concedidas por diferentes atores sociais que circulavam no contexto complexo das cidades de Pacaraima e Boavista – por exemplo, habitantes das duas cidades, imigrantes venezuelanos/as, militares, membros/as de organizações governamentais e não-governamentais –, procuramos mapear as histórias cotidianas que se apresentavam naquele cenário. Nosso intuito é contribuir para a descrição do êxodo venezuelano no país com foco específico na sua paisagem narrativa e em como esses fenômenos foram vividos e des-

-
- 1 Dados da 4ª edição do Refúgio em Números do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em parceria com a ACNUR, disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_verse%CC%83o-23-de-julho-002.pdf
 - 2 Fonte ACNUR, disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>
 - 3 Dados da 8ª edição do Refúgio em Números do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf



critos por seus/suas participantes diretos/as. Entendemos narrativas aqui como performances verbais que organizam a experiência humana e nos posicionam em relação a significados culturais, crenças e práticas normativas, reforçando ou desafiando a estabilidade desses discursos. Tais performances constituem o contexto migratório em foco e dão a ver os modos como ele é sustentado socioculturalmente.

Iniciaremos este artigo descrevendo o projeto que lhe dá origem, as bases metodológicas da geração de dados e os marcos teóricos a partir dos quais eles foram qualitativamente analisados. Em seguida, apresentamos um conjunto de narrativas performadas no campo, tecendo considerações sobre o modo como elas estão construídas e entrelaçadas. Por fim, sintetizamos os principais embates discursivos identificados nos dados e discutimos como a conjunção de uma orientação discursiva com o trabalho de campo de base etnográfica possibilitou uma coleção de crônicas da complexidade de relações, percepções e tensões que criam sentidos para a situação da população venezuelana no Brasil.

2. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO

A reflexão que empreendemos neste estudo deriva de um projeto mais amplo, intitulado “Refúgio e suas Margens: circulação e presença de populações refugiadas e solicitantes de refúgio de origem venezuelana no Brasil”, conduzido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, que apresentou como objetivo, em linhas gerais, construir entendimentos interdisciplinares sobre aspectos diversos da circulação e presença da população venezuelana na fronteira e posteriormente no Estado do Rio de Janeiro. Na fase de implementação da pesquisa – os anos de 2018 e 2019 –, uma equipe composta por pesquisadores/as de cinco diferentes áreas (Direito, Letras, Relações Internacionais, Serviço Social, Psicologia e Arquitetura) realizou duas missões institucionais aos municípios de Boa Vista e Pacaraima, onde já se encontrava bem estabelecida a Operação Acolhida, iniciativa do então governo federal de Michel Temer, e executada pelas Forças Armadas brasileiras⁴. A operação atendia, na ocasião, um número expressivo de solicitantes de refúgio recém-chegados ao país. As viagens à fronteira tiveram inspiração etnográfica⁵, com o propósito de observar *in loco* os abrigos construídos para os imigrantes, os aspectos da gestão fronteiriça e institucional, as políticas públicas de acolhimento, as redes assistência a solicitantes de refúgio e as dinâmicas de encontro intercultural no contexto da fronteira.

4 A Operação Acolhida será retomada na seção 3.2 deste artigo.

5 Preferimos usar o termo “inspiração etnográfica” porque não tivemos a oportunidade de aprofundar nossas experiências no campo com a longevidade e densidade que uma etnografia pressupõe. No entanto, os princípios básicos desse método nos acompanharam durante o percurso e informaram as interpretações dos dados de forma relevante.



Construído a partir de uma fração dessa pesquisa maior, o presente estudo se debruçou sobre 22 entrevistas qualitativas, conduzidas de forma semiestruturada, com diversos atores sociais que compunham aquele contexto, dentre eles habitantes de Roraima, militares gestores da Operação Acolhida, representantes de chefes de Estado, responsáveis por ONGs atuantes na região, além de venezuelanos e venezuelanas atendidos dentro e fora dos abrigos oficiais. Desses dados, privilegiamos aqui as narrativas orais de participantes-colaboradores que descrevem aspectos variados da vida pregressa e presente tanto em Roraima quanto na Venezuela. O foco nas histórias contadas se deve à nossa localização teórica no campo de uma análise discursiva informada pela Análise de Narrativa (DE FINA, 2020; BIAR *et al.*, 2020), cujas bases descrevemos a seguir.

Nas últimas décadas, com a chamada virada narrativa (POLKINGHORNE, 1988) tem crescido o interesse de diversas áreas de estudo pelas narrativas que emergem de contextos institucionais e de entrevistas de pesquisa, reconhecendo esse tipo de discurso como um objeto privilegiado para a pesquisa social transdisciplinar contemporânea. Superando uma abordagem representacionista de linguagem que tendia a enxergar narrativas como forma de recapitular mimeticamente eventos passados (LABOV, 1972), diferentes ramificações das Ciências Sociais, da Filosofia da Linguagem e da Psicologia têm entendido as narrativas cotidianas como formulações ou (re)construções, isto é, elaborações de si e do mundo tecidas em práticas interacionais (inclusive com o/a pesquisador/a) e em diálogo com cânones culturais (BRUNER, 1990; LINDE, 1993), e ajustes circunstanciais ao contexto histórico e mais imediato de sua emergência (BAMBERG, 1997).

Narrativas, portanto, atualizam, colocam em circulação e em fricção discursos, os quais, por sua vez, podem ser definidos como ideias, conceitos, formas de ver e estar no mundo legitimados por convenções e contextos socioculturais (FOUCAULT, 1997). Porque formam os objetos sobre os quais falam, narrativas são parte fundamental da construção, sedimentação e contestação da vida social.

Neste texto, analisamos as histórias contadas em campo a partir de sua dimensão performativa (BUTLER, 1990), isto é, seu potencial de envolver interlocutores/as em práticas simbólicas conjuntas constitutivas da experiência da fronteira. Adicionalmente, conforme Wortham (2001), devemos entender tais práticas narrativas em termos de uma dialógica bakhtiniana, já que, ao descrever os eventos de que participaram, os/as narradores/as representam e organizam vozes circulantes do seu universo social, se posicionando em relação a elas. Por essa razão, apostamos que a partir da análise das pequenas narrativas do campo podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece nesse contexto, levando em conta pontos de vista periféricos e disputas de significado que compõem o universo da recepção de venezuelanos/as.



A análise dos dados que embasa a próxima seção foi construída a partir da observação dos seguintes aspectos. Em primeiro lugar, procuramos identificar as escolhas discursivas formais a partir das quais as narrativas foram construídas pelos/as entrevistados/as. Observaram-se, por exemplo, as maneiras como elas foram sequencialmente estruturadas, os elementos postos em primeiro plano, minimizados e excluídos, as relações de causa e efeito engendradas, como os seus elementos constitutivos (personagens, ações, cenários) são avaliados e como esses aspectos podem construir efeitos de sentido diversos sobre a vivência do/a narrador/a. A partir dessa análise mais “micro”, atentamos para os embates simbólicos que emergem das narrativas, formando paisagens discursivas que ora reforçam, ora desconstruem certos mapas bem sedimentados da circulação venezuelana. Procuramos identificar crenças, vontades de verdade e modos de perceber a situação que emergem das histórias contadas. Em síntese, nos interessa pensar em como fragmentos da fala das pessoas entrevistadas dão a ver emaranhados discursivos mais amplos.

3. PAISAGENS NARRATIVAS DA FRONTEIRA

Nesta seção, construída a partir de orientações epistemológicas do socioconstrucionismo (GERGEN e GERGEN, 2006), nos orientamos por um entendimento da atividade de pesquisa como construção contextualmente situada e filtrada pelas lentes subjetivas e ideológicas das pesquisadoras. Antes de proceder à apresentação e discussão dos dados, julgamos necessário explicitar algumas decisões textuais e analíticas para o que se segue.

Em termos do número das narrativas selecionadas para esta discussão, cabe sublinhar que estamos, seguindo Minayo (2017), mais interessadas nas “intensidades” dos fenômenos, e no modo como eles refletem nossa percepção sobre o campo, do que na evitação de vieses e na produção de categorizações ou generalizações. Apostamos aqui que cada uma das narrativas, em sua individualidade e na sua relação com as demais, seja uma manifestação da complexidade do campo, que condensa sua historicidade e que, como já dissemos em outro trabalho (BIAR *et al.*, 2020), encapsula uma multidão de outras narrativas com as quais se relaciona. Cada excerto apresentado, acreditamos, fornece material relevante para imaginar a partir de que discursividades a chegada da população venezuelana no Brasil é/foi compreendida pelos atores sociais nele implicados.

Alinhadas à virada paradigmática do texto antropológico bem capturada no clássico de Clifford e Marcus (1986), abraçamos a crise da representação não como uma limitação para o trabalho de pesquisa, mas como um convite para repensar a apresentação dos dados de forma compatível com a crença de que o que produzimos em pesquisa é sempre um relato parcial perspectivado que não se confunde com um retrato fiel do campo – simplesmente



porque tal coisa como ‘o campo’ não está lá, fixo e estável, pronto para ser descrito (ainda que estivesse, nossa possibilidade de apreensão estaria atravessada por limitações próprias da nossa subjetividade).

Com isso em mente, no lugar de apresentarmos os dados como um mapa organizado, optamos por dispô-los de forma mais ou menos caleidoscópica, dando a conhecer as histórias contadas uma a uma, conforme enunciadas por diferentes vozes em seus respectivos espaço-tempos, tentando não impor a elas ordenação ou agrupamento rígidos. Propusemos, no entanto, três eixos principais de leitura dos excertos. No eixo “Transições e deslocamentos” (item 3.1), somos apresentadas a narrativas que se identificam no que diz respeito à construção de um estado narrativo inicial que se alterará para os dois lados da fronteira, a partir de angulações distintas. No eixo seguinte (item 3.2), “Operações de (des)acolhimento e controle”, movemos o conjunto de dados em direção às respostas oferecidas em território brasileiro, com foco – não exclusivo – na Operação Acolhida e nas suas ambivalências ditas e pressupostas. Por fim, o eixo “Violações” (item 3.3) reúne narrativas que destacam com cores mais fortes cenas-clímax de violência e polarização que se impõem no campo da pesquisa, desafiando o mito da cordialidade na recepção dos/as venezuelanos/as.

Procuramos também privilegiar as narrativas em seus estados brutos, ou seja, conforme foram registradas em nossos gravadores, transcritas de forma a respeitar ao máximo a forma como foram produzidas por seus/suas enunciadore/as. Ainda assim, algumas intervenções mínimas tiveram de ser feitas para facilitar a legibilidade de falas por vezes atravessadas ou muito entrecortadas por hesitações e falsos começos.

Nossa intenção com essas escolhas é que elas favoreçam uma apresentação de dados afinada com a ideia de que a atividade de pesquisa seja uma atividade dialógica, que põe em relação pesquisador, colaboradores/as entrevistados/as e leitor/a de forma mais ou menos simétrica, com interpretações em aberto que favoreçam a emergência de pontos de vista heterogêneos.

Cabe enfim destacar que os dados produzidos em espanhol – esse foi o caso de todas as histórias contadas por venezuelanos –, foram por nós traduzidos e transcritos em português, e que compreendemos aqui tanto a transcrição quanto a tradução como processos interpretativos, necessariamente transformadores do texto de partida. Ademais, por razões de ética de pesquisa, nomes, funções de trabalho, endereços e outros dados contextuais que pudessem identificar os participantes foram omitidos.

3.1. Transições e deslocamentos

Apresentamos nas próximas linhas uma narrativa produzida em uma das primeiras entrevistas que conduzimos em Boa Vista, com um representante da administração pública esta-



dual. A entrevista versou sobre as ações implementadas pelo estado de Roraima com vistas a atender a entrada de imigrantes. O que nos chama atenção, entretanto, é a narrativa eliciada pelo entrevistado para contextualizar o problema, apresentando um histórico das relações da população local com a sua “vizinha” Venezuela.

“O vizinho rico”

Eu acompanho essa relação que nós temos com a Venezuela há bastante tempo. Inicialmente como cidadão e hoje como parte da gestão pública estadual. É muito curioso isso pra gente que mora em Roraima há bastante tempo. A gente tá num estado de choque, eu acho, ainda. Porque nunca, nunca, passou pela nossa cabeça que isso pudesse acontecer. E explico por quê. A Venezuela sempre foi tratada por nós roraimenses como um vizinho rico, sempre foi o destino turístico. A gente ia pra Venezuela pra ver neve. A gente ia na Venezuela pra praticar esqui. A gente ia na Venezuela pra visitar Caracas, que é uma cidade incrível. Ou era. A gente ia pra Venezuela especialmente pro Caribe. Em Isla Margarita todos os carros estacionados eram de brasileiros. Fora a cidade de Santa Helena que fica aqui na fronteira. Que essa eu fui incontáveis vezes, porque, fora ter um clima super agradável, é uma cidade de serra. Hotéis muito legais pra passar um fim de semana, tomar um vinho. Sempre foi uma cidade de... é uma zona franca. Então as coisas são super baratas lá. A gente ia pra lá pra comprar as coisas, comprar roupa, tinha duty free [...]. Aí começou a haver relatos de episódios de violência, gente sendo assaltada na estrada, turistas brasileiros voltando com relato de assalto na estrada, em hotéis... E a gente começou a fazer uma associação com o Regime. Isso a gente já tá falando da era Maduro. Até então você não tinha nenhum fluxo de migração que pudesse ser notado, que fosse de alguma forma expressiva. Segundo semestre de 2015, a coisa começou a fluir, e o primeiro sintoma do fluxo migratório foi Pacaraima. Pacaraima começou a inchar. É muito comum ou era, sei lá, a gente tá num momento de transição, a gente quer ter uma casa em Pacaraima, de veraneio por assim dizer. Um clima agradável, de noite faz um friozinho gostoso. A governadora tem uma casa em Pacaraima. Hoje esse movimento tá sendo pra outra cidade. Hoje tá todo mundo querendo ter uma casa na serra do Tepequém.

Essa é uma narrativa de um morador de Boa Vista que observa desde um ponto de vista externo as transformações na Venezuela, Santa Elena (cidade fronteira do lado da Venezuela) e Pacaraima (cidade fronteira do lado do Brasil), regiões com as quais ele se relacionava de uma forma bastante específica: ambos eram destinos de férias. A Venezuela aparece personificada aqui, com proximidade, familiaridade e avaliação positiva (“vizinho rico”). Essa caracterização contrasta com sua situação atual, avaliada como diferente e imprevisível. O narrador contrasta o presente com um passado idílico, em que a Venezuela é descrita pelo seu poten-



cial turístico, com fronteiras esvaziadas na representação de um fluxo livre (mas, note-se, de “cá” para “lá”), com ênfase em elementos referenciados em práticas de uma classe média alta (“compras”, “esqui”, “hotéis”, “vinho”). A mudança na situação econômica desse país não é descrita de forma abrupta, mas gradual, sem causas apontadas, mas a partir de sinais de violência urbana percebidos ou sofridos, de novo, pelos roraimenses. Além do apagamento dos efeitos disso sobre os venezuelanos, notamos o apagamento de causas socioeconômicas que justifiquem a mudança. Em seguida, o fluxo de inverte. A chegada dos imigrantes a Santa Elena e Pacaraima é descrita como um evento que afeta negativamente a cidade. Descritas inicialmente como uma espécie de paraíso no campo (de novo, um destino de fim de semana, por conta do clima agradável), Pacaraima agora não é mais um destino agradável; está “inchada”.

Os elementos dessa narrativa nos levam a interpretação de que a crise na Venezuela é descrita pela chave da perda – primeiro do destino internacional; depois do destino local. E o que se perde é sossego, lazer, exclusividade. Em uma resolução com forte carga avaliativa, o narrador aponta um novo destino de férias da governadora (Tepequém). Cabe notar ainda que um “nós” inclusivo que permeia toda a fala equaciona a experiência do narrador à experiência de todos os roraimenses.

Nossa segunda narrativa apresenta um outro ângulo sobre as transformações vivenciadas antes do período de intensificação do êxodo venezuelano, dessa vez, do lado de lá. Também referenciada em uma experiência de classe média, nossa entrevistada, uma venezuelana sem filhos, com idade entre 20 e 30 anos, cursava sua segunda graduação e um mestrado quando decidiu migrar para o Brasil. Seu companheiro, da mesma idade, chegou antes e já se encontrava assentado no Rio de Janeiro quando a esposa decidiu se reunir a ele. No excerto transcrito abaixo, cujo ponto é a deterioração das condições de vida na Venezuela, entrevistada narra as dificuldades enfrentadas nos últimos meses em que viveu nesse país. Seu plano era concluir o mestrado enquanto o companheiro juntava, no Brasil, o dinheiro necessário para financiar a sua viagem.

“A faculdade que me deixou”

Eu fiquei lá [na Venezuela] porque “ah vou acabar o meu mestrado”. Eu falei “não, vou estudar” e tal... Mas eu fiquei doente com hepatite. Foi uma coisa horrível, eu tive que comprar uma medicação para não morrer, entende? E a medicação custava mais ou menos o equivalente a 300 reais. Uma coisa que eu só ia usar cinco vezes uma injeção. Depois, uma vitamina 200 reais só para duas semanas e uma “xis” coisa, 100 reais, 150 reais que você não tem de onde tirar[...] Eu falei para ele “eu vou embora, não sei se vou aguentar, eu vou sair para onde for”. E eu saí fugindo praticamente, porque não é que você está perseguida, não é que que você está sendo assediada, ou alguma coisa assim. É que você não tem qualidade de vida. Eu estava... Eu sou jornalista. Eu já tenho meu diploma, eu sou jornalista. Eu estava



estudando Letras. Eu fiquei no oitavo semestre. Eu estava fazendo também o mestrado de Linguística e ensino da língua. Mas o que acontece é que eu sempre falo: eu não deixei a faculdade, a faculdade que me deixou. Porque os professores, os alunos, todo mundo foi indo embora. Foi indo embora, foi indo embora, foi indo embora.

A narradora contrasta uma decisão racional sobre concluir seus estudos com uma demanda imprevisível de gasto de dinheiro – os remédios necessários para o tratamento de sua hepatite. O detalhamento dos valores e a expressão “você não tem de onde tirar” remetem ao problema que, de maneira geral, costuma ser apontado pelos/as venezuelanos/as como causa de seu deslocamento: a instabilidade econômica e a desvalorização escalar da moeda local, que refletem a piora gradativa nas condições de vida. No início do ano de 2019, 1 real equivalia a 5.233,79 bolívares. Especialmente a inflação dos preços de alimentação e medicamentos são constantemente citados em nossos dados. A decisão de ir embora é construída como efeito do escalonamento da questão financeira.

Nota-se que a fala da entrevistada provoca uma tensão importante para a categoria do refúgio, e os limites deste estatuto para se pensar a proteção humanitária em relação à população venezuelana. As fronteiras entre a condição refugiada e a chamada “imigração econômica” aparecem borradas. Nesse sentido, a negação polêmica (DUCROT, 1987) que ela introduz a seguir “não é que você está sendo perseguida, não é que você está sendo assediada” indicia essa distinção, desafiando-a.

Na parte final da história, a ênfase dada aos estudos, importante para a construção da entrevistada sob uma luz favorável (GOFFMAN, 1985), é suplantada pela narração de uma experiência análoga a de abandono (“a faculdade que me deixou”). A sequência de eventos recorrentes que vem a seguir aguça a percepção de que também a universidade se esvaía gradualmente, uma impressão dramatizada pelas repetições em “todo mundo foi indo embora”. Com a agência mitigada, a narradora não vê opção que não seja ir embora também.

Se a narrativa acima apresenta um quê de extraordinária, porque se refere à biografia de uma jovem de classe média superescolarizada, com ao menos um mínimo de recursos para imigração e reconstrução de sua vida em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, o que se vê abaixo é uma história mais típica em relação ao conjunto de dados que geramos no campo, tanto em termos de forma como de conteúdo. A entrevistada, uma mulher venezuelana com idade entre 20 e 30 anos, veio acompanhada de seu esposo e filho mais novo. Perguntada sobre as razões de seu deslocamento para o Brasil, ela inicia a seguinte narrativa.

“Aqui havia trabalho, e as pessoas eram humanitárias”

Veja, a situação que estávamos passando era... faltava remédio, faltava comida, e tenho duas pessoas que deixei na Venezuela, e fico com o coração apertado por isso, porque são



duas pessoas com deficiência, que estão com minha irmã. O que me motivou a sair... saí com a esperança de trabalhar para mandar coisas para que sua qualidade de vida melhorasse. Isso foi o que mais me motivou, tirar elas de lá. Porque a delinquência, a fome, a escassez de remédio, a escassez de muitas coisas [tomou conta da] Venezuela e faz com que te vejam na esquina, e porque você não tem nada, te matavam. Porque matam. Então pensando em todas essas coisas, falei bom, saí com meu esposo e meu filho menor. Mas não vim para cá, para Boa Vista. Saí foi pra Santa Elena. Mas quando cheguei em Santa Elena, não encontrei nada que pudesse me sustentar. E alguém me falou de Boa Vista; uma pessoa que encontramos no terminal falou muito bem de Boa Vista, que havia trabalho, que as pessoas eram humanitárias. Eu disse sim, mas não tinha nada nesse momento, não tinha dinheiro. Nem sequer para pagar o ônibus [para Boa Vista]. Cheguei aqui em 29 de janeiro [ao Brasil via Pacaraima, presume-se], mas em Boa Vista cheguei em 3 de fevereiro. Bom, então tive que vender umas coisinhas para pagar um táxi para que me levasse ao caminho [da cidade]. Mas saímos caminhando. Caminhamos, caminhamos, caminhamos, por dois dias. Chegamos a um povoado, nos deram comida, gente muito boa. Nos deram café da manhã, nos deram almoço. E nos disseram que não poderíamos passar a noite, mas pediram ajuda a algumas pessoas que vinham para Boa Vista, que nos trouxeram. E, bom, chegamos aqui [em Boa Vista] à uma da manhã, desorientados, sem conhecer nada. Eu nunca nem sequer tinha visto uma foto de como era Boa Vista. E chegamos à praça Bolívar. Meu esposo, eu e meu filho. Havia ainda poucas pessoas lá nesse momento. Como 24 mulheres e mais ou menos 80 homens. Não era uma quantidade tão grande. Aí ficamos lá [...] Fomos como que nos acostumando a essa situação, não havia onde tomar banho, mas graças a deus, e ao povo do Brasil, nunca nos desamparou com a comida. Sempre nos levaram comida e tudo. Faziam a nossa vida mais fácil. Depois na praça já havia 1300 pessoas. Todos vivendo na praça. Não sabíamos o que ia se passar com a gente.

Assim como na narrativa anterior, vemos que a saída da Venezuela é enquadrada como uma decisão tomada a partir das dificuldades financeiras. A contextualização da história, o passado da entrevistada em seu país, é construída de modo vago, pouco localizada, generalizante, com foco na escassez de recursos e na violência, que impactam o que ela mesma nomeia "qualidade de vida". A legitimidade dessa motivação está pressuposta, e não exige muito trabalho narrativo. Essa contextualização da história contrasta com a riqueza de ações narradas sobre a travessia, quando cada passo da jornada é descrito e avaliado como difícil. Outro contraste perceptível é que, embora a saída do país de origem seja construída como uma tomada de decisão, o destino final, Boa Vista, é tratado como acaso, resultado de um conjunto de encontros não-previstos. Essa é outra regularidade das nossas narrativas de deslocamento. Ademais, em todo o processo, a narradora se constrói como agentiva e resiliente.



Quatro elementos dessa entrevista são relevantes para compreender a experiência do êxodo venezuelano no Brasil. Em primeiro lugar, somos apresentados à Praça Bolívar, local no centro de Boa Vista que servia de primeiro acampamento para os/as venezuelanos/as antes que fossem encaminhados aos abrigos oficiais. O local foi alvo de inúmeros ataques por parte da população boa-vistense – falaremos sobre isso adiante – e, no momento em que chegamos à cidade, grades de proteção tinham sido montadas lá para evitar que novos imigrantes aportassem. Em segundo lugar, um sentido de resolução é construído quando, ao final dessa história, em trecho suprimido em função das limitações de espaço, a entrevistada narra a chegada da ONU e em seguida a construção dos primeiros abrigos, ocasião em que ela pôde, então, trazer todo restante da família: “e aqui estamos quase todos”. Este é outro elemento recorrente nos dados: o modo como a separação de familiares e redes de apoio entre os que saíram e os que ficaram são acionadas. Uma pesquisa do ACNUR de 2019 aponta que pouco mais da metade dos/as venezuelanos/as entrevistados/as acionou amigos/familiares para chegar ao Brasil. Por fim, comparece aqui uma figura assídua nas narrativas dos venezuelanos: a hospitalidade e generosidade dos/as brasileiros/as. Também retornaremos a isso em breve.

A próxima narrativa que reproduziremos é de uma assistente social, de cerca de 40 anos, moradora de Boa Vista há vários anos. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava no atendimento a venezuelanos/as recém-chegados.

“Boa Vista não tinha pedinte”

Há dois anos atrás nós não tínhamos população de rua... Boa Vista não tinha pedinte, não tinha criança na rua. Uma criança no semáforo pra nós da assistência era uma afronta. Eu muitas vezes parei e fui até aquela criança perguntar por que que ela estava ali e chamar o conselho tutelar pra recolher. Há dois anos atrás era essa a nossa realidade, nós não tínhamos crianças nas ruas. Nós não tínhamos NINGUÉM dormindo na rua a não ser a pessoa doente mental. Toda cidade tem vulnerabilidade, mas NÓS não tínhamos. Boa Vista era um paraíso nesse sentido. O nosso social era bem organizado, né? Então nós tínhamos um controle da cidade. Falando DE Boa Vista, porque os [outros] municípios daqui são bem ruins. Eu estou olhando pelo lado da população que é um olhar diferente do de vocês. Nós boa-vistenses digamos assim, eu não tenho esse pensamento, mas vou falar como nós. Nós não estamos acostumados a ir em um restaurante e ver uma pessoa sentada pedindo na porta. Ninguém consegue comer assim. A gente não está acostumado a ver uma ADOLESCENTE parar no semáforo e o motorista pra dar uma moeda ficar alisando o braço... Isso indigna até hoje. Nós não estamos acostumados a abrir o nosso portão e ter uma pessoa dormindo no chão. Muitas vezes a pessoa recolhe pra dentro de casa. No começo logo da migração era assim, até que começaram a acontecer alguns fatos que começou a revoltar a população.

Na narrativa acima, a transformação da paisagem urbana do município de Boa Vista é construída comparativamente a partir de dois marcos temporais: antes e depois do aumento do fluxo de venezuelanos/as no país. O aumento expressivo no número de pessoas desabrigadas e em situação de vulnerabilidade social em Boa Vista como consequência da crise migratória venezuelana no Brasil é contrastada com um passado também idílico em que a cidade era um “paraíso” sem qualquer vulnerabilidade, destacando-se até mesmo quando comparada com outros municípios do estado. O saudosismo presente na fala da entrevistada situa a chegada dos refugiados em Boa Vista como uma ruptura vivida até aquele momento pelos moradores.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores de Boa Vista mediante às grandes mudanças sociais e estruturais no município, a receptividade brasileira, ao menos em um primeiro momento, é reforçada. Há uma tentativa inicial de acolhimento, mas “alguns fatos” passaram a revoltar a população o que, novamente, atribui aos refugiados e solicitantes de refúgio a responsabilidade pela mudança no tratamento. A associação por vezes mítica da cordialidade e da receptividade como comportamentos intrínsecos ao povo brasileiro e a difusão em larga escala de tal pensamento resultam, conseqüentemente, na resistência por parte da comunidade brasileira em se reconhecer como reprodutora de práticas e discursos violentos, intolerantes e preconceituosos. Para que a imagem da cordialidade possa ser mantida e que se justifique a mudança relatada pela assistente social na receptividade dos moradores de Boa Vista, os refugiados são posicionados como agentes ativos e centrais no desequilíbrio desta relação.

3.2. Operações de (des)acolhida e controle

Embora venezuelanos e venezuelanas tenham começado a chegar paulatinamente ao Brasil a partir de 2015, apenas em 2017 o fluxo se intensificou, forçando uma iniciativa do Governo Federal. Resposta a essa demanda, a Operação Acolhida, primeira missão humanitária desenvolvida em território brasileiro, foi implementada no primeiro semestre de 2018, ano de nossa primeira visita ao campo. Liderada pelas Forças Armadas brasileiras, a operação articula também outros atores, como os governos estadual e municipais de Boa Vista e Pacaraima, diversas organizações humanitárias internacionais, além de ONGs e igrejas locais. As ações militares no território foram definidas por um de seus comandantes, entrevistado para a pesquisa, como uma força-tarefa logística e humanitária subdividida em dois braços: a operação controle (responsável por “ordenamento da fronteira”⁶, “controle dos fluxos” de imigrantes, “bloqueio de estradas”) e a operação acolhida (responsável pelo abrigo, alimentação e cuidados médicos dos imigrantes em Roraima, e também a organização necessária ao transporte posterior deles para outros estados – um procedimento conhecido como “interiorização”). Foi a

6 O uso de aspas neste parágrafo se justifica porque os termos destacados são termos êmicos, isto é, formas como as próprias pessoas no campo costumam se nomear tais atividades.



primeira vez que se viu no país a presença de zonas com abrigos específicos para imigrantes nos moldes dos chamados campos de refugiados.

Na ocasião do trabalho de campo, havia nas cidades de Boa Vista e Pacaraima um total de 13 “abrigos” administrados principalmente pelo Exército e pela ACNUR. Cerca de 5 mil venezuelanos residiam nesses espaços. Quanto ao número de militares, fomos informados que cerca de 500 membros Forças Armadas destacados especificamente para essa operação se encontravam na região em 2018. A narrativa a seguir foi enunciada por um desses membros, uma das lideranças da Operação. No excerto abaixo, o militar narra a situação dos abrigamentos antes da chegada dos militares até a implementação da força-tarefa.

“Efeito sinérgico”

O primeiro contingente que chegou aqui, em março e tal, não tinha, tinha uma coisa muito improvisada, algumas barracas da defesa civil que foram cedidas para abrigar os imigrantes, né? Mas em locais, assim, com muito pouca infraestrutura, quase nenhuma, praticamente nenhuma. Pra ser bem sincero, em condições insalubres estavam os imigrantes; tinha abrigos aí que era puro esgoto. Mas, enfim, a estrutura que havia era muito ruim, muito ruim mesmo. Aí com a chegada da força-tarefa foi possível nós reunirmos os esforços, porque assim, havia órgãos e agências, entidades, as igrejas, fazia cada um uma parte pra resolver o problema. ONG? Tentava resolver um probleminha... Mas era tudo de forma solta. Uma vez nomeado o coordenador, o general XXX, ele veio com o exército, as forças armadas, aí montamos aqui, reunimos as agências e aí foi possível fazer o efeito, o tal do efeito sinérgico, né, unir os esforços, e aí foi possível trabalhar melhor.

A partir de avaliações negativas enfáticas, o entrevistado descreve um cenário de insalubridade e imprevisto como o estado inicial de sua narrativa. Esse cenário será transformado pela chegada da força-tarefa, que, a partir de uma capacidade sobretudo de centralizar e liderar esforços descritos como dispersos, apresenta uma solução para a região em harmonia com outras entidades – esse é o “efeito sinérgico”. Pela voz dos militares, há uma demarcação clara de um “antes”, sujo e desordenado, e um “depois” eficiente e controlado. Em outras passagens da entrevista, o militar narra atividades que considera fundamentais para garantir o sucesso dos abrigamentos: retirar as pessoas das ruas, fazer uma triagem, proceder a imunização, designar as pessoas aos abrigos e finalmente prover suas regras e fazer sua segurança.

Nota-se, em campo, a onipresença do exército e sua liderança em relação aos demais agentes humanitários. Uma distinção entre refúgio e outras formas de deslocamento não é tornada relevante na fala dos militares. Pelo que pudemos perceber, a estrutura por eles montada, por um lado, chancela a presença dos/as venezuelanos/as e garante a legitimidade de

sua entrada. Por outro lado, impõe ao contexto humanitário um vocabulário e uma gramática de comportamento importada do meio militar.

Todos os militares com quem conversamos elogiaram enfaticamente a Operação, e demonstraram muito orgulho da infraestrutura montada em Pacaraima e Boa Vista. Do ponto de vista discursivo, algumas metáforas usadas por eles nos chamam especial atenção. Em uma ocasião, um militar predicou os abrigos de Boa Vista como “verdadeiros hotéis 3 estrelas”. O entrevistado comparava a fome da Venezuela com a situação dos imigrantes no Brasil, e destacava que aqui eles ao menos faziam “três refeições por dia”. Pouco se comenta sobre impossibilidades e faltas que não são supridas pela comida e pela ordenação. A esse respeito, reproduzimos abaixo a fala de um venezuelano indígena, de meia idade, abrigado em Pacaraima, que nos fala sobre as vantagens e desvantagens de estar no Brasil sob tutela da Operação Acolhida. Após ouvir sua narrativa acerca de uma travessia de três meses, repleta de muitas privações, especialmente alimentares, perguntamos se as crianças que o acompanhavam, seus filhos e netos, estavam mais felizes aqui.

“Café da manhã, almoço e jantar”

As crianças, graças a deus, têm café da manhã, almoço e jantar. É pouco, mas têm. É melhor pra saúde também, chegam medicamentos. Aqui é muito bom, mas nós indígenas somos do campo, não somos da cidade.

Aqui, o que mais nos chama atenção é como a marcação da identidade indígena e a avaliação negativa implícita presente na coda (LABOV, 1972) – “nós indígenas somos do campo, e não da cidade” –, dá a ver uma forma de vida subfocalizada pela estrutura montada nos abrigos. Em outro momento da pesquisa, fazendo uso de outra metáfora interessante, um major do Exército relata os tipos de problema que, segundo ele, são os maiores enfrentados pelos / as venezuelanos/as nos abrigos.

“Um abrigo é um condomínio”

Um abrigo é um condomínio, imagina pessoas que nunca se viram e às vezes dividem uma barraca.

- Pesquisadora: Condomínio involuntário! (risos)

Divide uma barraca, imagina, aí, já tão, assim, desconfortáveis, nunca se viram. Então de vez em quando existe uma brigazinha, um conflito entre eles, entre os próprios imigrantes, né, alguma insatisfação com algum motivo, a gente tem que administrar esse tipo de coisa, né? Nós e o principal responsável [que] é o membro do Acnur, o seu representante que está lá. Nos abrigos tem horário pra entrar e pra sair, tem hora que tem que fechar a porta, esse

tipo de controle que nós fazemos. [Há] Muitos casos de agressão a mulher, isso é coisa cultural, lá não tem Maria da Penha, entendeu? Aí aqui a gente tem que ensinar, que aqui tem Maria da Penha, e o cara é submetido à lei do país. Então é aí que o nosso pessoal entra mais ativamente. Aqui às vezes os terceirizados na ONU não se engajam, eles são muito jovens, né? Estão aí com aquele sentimento de paz e amor e não querem intervir como deveriam intervir.

A metáfora do condomínio pode ser aqui tomada como uma forma de conceptualização e avaliação das experiências nos abrigos. Ela mitiga a carga dramática da experiência da vida em deslocamento – uma interpretação confirmada pela escolha de “desconfortável” para predicar essa condição, e também de “brigazinha” para nomear conflitos imaginados. Nossa intervenção, que ressalta o caráter “involuntário” dessa experiência gregária, produz um estranhamento em relação a essa comparação. A descrição não parece em nada com a visão recorrente sobre os campos de refugiados, em geral descritos como “*non-places*” que abrigam existência apenas puramente biológica (BULLEY, 2014, p. 65).

A imagem prosaica do “condomínio”, ou do já mencionado “hotel 3 estrelas”, contrasta tanto com a imaginação de um campo de refugiados quanto com a realidade descrita pelo entrevistado. No desdobramento da metáfora, temos que, se o abrigo é um condomínio, então os responsáveis por eles são síndicos, responsáveis por administrar coisas sem maior importância. Mais do que isso, no entanto, os abrigos em Roraima nos pareceram e foram descritos como locais altamente normatizados, nos quais parte das tarefas dos encarregados militares consiste no controle do comportamento, dos horários, da alimentação, do trabalho, da bagagem, do contágio de doenças. Militares nas entradas dos abrigos estavam sempre armados e tropas estavam em prontidão para a eventual intervenção em caso de conflito.

Importa destacar, por fim, a comparação feita pelo entrevistado entre militares e representantes do ACNUR, estes últimos avaliados como mais lenientes (“paz e amor”). Se a ONU é amiga, as forças militares incorporam o “pai rígido”, que impõe limites, “ensina”. Vamos sublinhar adiante alguns efeitos desse tom prescritivista que indexicaliza certo tom civilizatório ao discurso dos militares. O próximo excerto toca, por outro ângulo, a mesma questão.

Abaixo, destacamos um trecho de uma entrevista coletiva realizada com três membros de uma organização religiosa sem fins lucrativos, que atende famílias venezuelanas em Boa Vista, especialmente as crianças, provendo espaço de educação e lazer. Os entrevistados estruturam suas narrativas com base em suas percepções guiadas pelo vasto trabalho de campo exercido. Perguntamos a eles: “Como é a relação entre as crianças que estão na escola e as que não estão na escola?”



“Se batem, se matam”

Membro 1: Nossa, eu estou com dois rapazes e estou doido para inseri-los na escola. [...] Eles costumam muito agir com violência, tentar pegar superioridade, porque não têm esse sentido de socialização, sabe? Não têm esse sentido de se inserir no grupo. Eles querem ser os líderes. Eles querem ser os líderes sim ou sim, porque não tem mais nada para fazer, né? E, infelizmente, o que eles veem na rua é isso, pessoas querendo ser superiores aos outros, querendo ser melhores, ter mais. E acaba que eles são os primeiros que querem bagunçar, eles são os primeiros que não querem fazer a atividade se não ficarem brincando. Sempre é uma questão de... Nossa, de... Não de impor, mas de partilhar as mesmas regras do grupo, né? As [crianças] que estão na escola costumam ficar mais: “Nossa, estou na aula. Estou na sala, vou sentar. A professora está falando, o professor está falando. Vou ficar assistindo a aula.” Essas que não estão na escola, se acostumam a...

Membro 2: Não têm noção de civilidade, né? Assim, é como nos abrigos. Os que estão lá dentro seguem a ordem, obedecem. Os que estão lá fora se matam, se batem.

Membro 1: Fazem o que quiserem.

Membro 2: Vivem como animais. É mais ou menos assim.

A relação entre populações refugiadas e organizações que atuam na realização de trabalhos humanitários é marcada por uma assimetria de poder (HARREL-BOND, 2002), visto que a proteção às populações em movimento é comumente enquadrada como um ato de caridade. Na narrativa acima, o conceito do refugiado ideal, o que segue a ordem e obedece, é contrastado com o estigma associado às populações refugiadas, que o classificam como “os que não têm noção de civilidade” e que “se matam, se batem”. Em espaços e contextos influenciados por ONGs e projetos sociais, o reforço das duas categorias auxilia na construção da ideia de merecimento do auxílio.

A partir da fala de ambos os entrevistados, destaca-se também a forma com que determinadas instituições e espaços são valorizados no processo de construção de civilidade. Nesse caso, a escola e o abrigo são apresentados como agentes que educam e civilizam os venezuelanos, tornando-se essenciais para a construção do refugiado ideal. Os que estão fora desses espaços, ou que não fazem parte dessas instituições, se portam de maneira agressiva e dominante, prejudicam os outros e não têm boas referências, visto que, “o que eles veem na rua é isso”. O valor associado ao pertencimento relaciona-se diretamente com a forma com que os refugiados serão julgados como merecedores ou não de assistência e cuidado.

3.3. Violações

As duas próximas narrativas colocarão à prova o “humanitarismo” e a cordialidade segundo os quais os/as brasileiros/as já foram descritos neste texto. Na primeira delas, a seguir, vemos uma história contada por uma venezuelana de meia idade, abrigada em Boa Vista há 5 meses, com filhos e netos. No momento da entrevista, estava em uma fila de cadastro para transferência para outro estado – processo que, no âmbito da Operação Acolhida ficou conhecido como “interiorização”. O relato menciona uma prática laboral usual entre os venezuelanos/as naquela época: era comum que brasileiros oferecessem a venezuelanos pequenos serviços avulsos da ordem do trabalho doméstico, da construção civil ou consertos, e pagassem por eles um valor de diária.

“Não me pagaram meu dia”

Aqui estou graças aos brasileiros que têm me tratado bem. E que também têm nos dado seu apoio e tal. Mas não tenho trabalho. Trabalhei 3 dias em uma fábrica de uniforme, eu sou costureira, e não me pagaram. Trabalhei como costureira em uma fábrica de costura e não me pagaram meu dia.

A narrativa é organizada a partir de características estruturais que nos chamam atenção: primeiro, o caráter dos brasileiros é apresentado como razão para permanência da entrevistada no país. Depois, nota-se um contraste entre uma avaliação positiva dos brasileiros (“têm me tratado bem”; “têm nos dados seu apoio”) e a pequena narrativa subsequente, sobre não ter recebido pagamento por um serviço realizado. A relação entre essas duas partes é frouxamente estabelecida. A entrevistada, assim, parece pôr em paralelismo um agradecimento e uma denúncia.

Ainda no mesmo tema, a história abaixo foi realizada em grupo, com membros de uma ONG que realiza trabalho social com crianças venezuelanas em Boa Vista. Quem narra é um dos três entrevistados, venezuelano, morador de Boa Vista há alguns anos. No contexto de uma conversa mais longa, o entrevistado inicia sua narrativa a partir da seguinte pergunta: vocês acham então que o venezuelano que chega aqui, ele chega agressivo, já desconfiado?

“Exploração involuntária”

Depende, né? Porque tem, tem... quer dizer a gente está falando em pessoas, né? Nem todo mundo é igual. Porém, muitas pessoas estão esperando chegar aqui e ser bem recebidas, ser acolhidas. Porém a mesma situação e crise migratória levou os brasileiros a NÃO conseguir acolher mais, porque já não tem espaço para acolher a situação. Nossa, tem um conceito aí esqueci a palavra, mas acho que exploração INVOLUNTÁRIA, tipo, tem um rapaz

venezuelano fora da minha casa, eu tenho um quintal IMENSO, e ele se oferece para capinar. Mas eu não tenho condições para pagar cem reais, que é o valor da diária. Eu SÓ tenho um prato de comida e essa é a única coisa que eu posso oferecer. Então, “Rapaz eu só tenho esse prato”. “Tá, eu faço”. Ele vai fazer SÓ pelo prato. É um tipo de exploração involuntária. A gente não quer explorar a pessoa. O brasileiro NÃO QUER.

A pergunta que dá início a esta narrativa reflete um cenário em que, até o momento da realização da entrevista, estava marcado por grande instabilidade financeira, ataques contra direitos e atos de violência e xenofobia entre as populações refugiadas venezuelanas e os/as moradores/as do estado de Roraima. Era de nosso interesse compreender de que forma o processo de chegada e de recepção dos refugiados no país era percebido e construído por parte dos entrevistados. No trecho apresentado, nota-se um esforço de enquadramento da crise migratória como um processo de complexidade equivalente para os brasileiros e venezuelanos. Nessa compreensão, o direito a uma recepção segura e ao trabalho digno passa a ser visto como “impossibilidade”. Ao aproximar e relacionar as realidades vividas pelos dois grupos durante o processo migratório, equiparando-as em suas demandas e efeitos, a esperança e o desejo do refugiado de ser bem acolhido precisa se adequar a uma precarização, lida pelo roraimense como inevitável diante da realidade local.

Em entrevista dada à Folha de São Paulo⁷ em agosto de 2018, Safira de Araújo Campo, então procuradora do Ministério Público Federal do Trabalho em Boa Vista, afirmam que o trabalho exercido por venezuelanos/as em Roraima era análogo à escravidão: “É um problema que tem crescido de forma acelerada, só nesse ano, as denúncias aumentaram mais de 100% em relação à 2017.” Ademais, Safira completa: “Os brasileiros estão se aproveitando do desespero com que essas pessoas (venezuelanos) chegam aqui para explorá-las.

No trecho acima, o conceito de “exploração involuntária” é apresentado de forma a justificar a violação de direitos básicos como a remuneração adequada de um serviço, devido à falta de recursos financeiros. Embora os/as solicitantes de refúgio devam ter os mesmos direitos trabalhistas que a população brasileira, a realidade que acomete muitos deles distancia-se do que lhes é de direito. Nota-se que a forma com que a narrativa é estruturada constrói a inevitabilidade da exploração, transformando o descumprimento de um direito básico garantido por lei em um ato caridoso, o que isenta a população local de qualquer responsabilidade legal e social. A construção do conceito de “exploração involuntária” parece não só manipular a noção de direito, mas também agir como uma estratégia de proteção da face dos/as brasileiros/as.

7 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/a-exploracao-dos-trabalhadores-venezuelanos-em-roraima.shtml>



Na narrativa a seguir, uma mulher venezuelana adulta, residente em um dos abrigos de Pacaraima, relata um protesto mobilizado por parte da população do município. No ano de 2018, um grupo de brasileiros, motivado por um assalto supostamente cometido por um venezuelano contra um comerciante local, invadiu um abrigo improvisado em praça pública e passou a depredar o espaço, ateando fogo em móveis, roupas e objetos pessoais dos imigrantes. Devido ao cenário violento e hostil causado pela manifestação, boa parte dos/as venezuelanos/as que viviam pelas ruas da cidade foram expulsos de onde estavam. Alguns chegaram até mesmo a atravessar a fronteira de volta para a Venezuela. Em entrevista dada ao G1⁸, um dos organizadores do ato narrado no excerto afirmou: “Expulsamos todos os venezuelanos e vamos manter a entrada da cidade fechada até que tenhamos uma solução para o problema. Queremos que se tenha um controle rígido de entrada na fronteira [...]”

“Ser morto por um brasileiro”

Passaram em uma manifestação dizendo que não nos queriam. Os brasileiros se debruçando, querendo entrar aqui. Ontem amanheceu um venezuelano aqui atrás, morto a pedradas... a maioria de nós não está dormindo aqui. Agora mesmo eu acho que metade do grupo se foi. Uns para a Venezuela, outros foram para [inaudível]. E voltaram para a Venezuela porque preferiam a situação de lá.

Pesquisadora: PREFERIAM a situação da Venezuela?

Sim. Muitos saíram como loucos daqui dizendo “Vou embora, prefiro encarar o que pode acontecer [lá]”.

Pesquisadora: Do que morrer?

Do que ser morto por um brasileiro.

Vemos nesse relato como explorações e violações de direito, que até então apareceram aqui de modo menos visível, escalam para a instauração de um ambiente ostensivamente hostil e inseguro. “Não nos queriam”, é como a entrevistada prefacia a sua narrativa, uma compreensão sobre os acontecimentos que depois estará dramatizada também na reconstrução da fala dos brasileiros: “vão embora”. Para além dos estados mentais e das ações verbais, a entrevistada narra as ações concretas dos brasileiros no gerúndio, produzindo para a violência sofrida um efeito acachapante. Na oração narrativa que descreve o assassinato do venezuelano, o agente da ação não está marcado, mas a circunstância (“a pedradas”) é posta em posição proeminente. A narrativa constrói o episódio de violência como ponto de virada,

8 Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml>



que estabelece (i) um motivo para diversos venezuelanos retornarem ao seu país de origem, (ii) uma polarização entre brasileiros e venezuelanos e (iii) uma escala valorativa que atribui pesos diferentes à fome, associada à Venezuela, e à violência, associada ao Brasil. O acontecimento é central para a transformação da rota dos personagens e para a identificação da emergência de um discurso xenofóbico explícito, que fissa de maneira mais definitiva o estereótipo da cordialidade brasileira.

Na próxima narrativa vemos a fala de um militar da Operação Acolhida sobre esses mesmos acontecimentos. O entrevistado tenta oferecer uma explicação mais abrangente para o que houve.

“Ano eleitoral”

Nós estamos em um ano eleitoral, não é? É certo que a presença de imigrantes, o acúmulo de imigrantes nas ruas incomoda, né? Conversando com quem é morador aqui você vai ver. No início as pessoas receberam muito bem, davam abrigo, alimentos, recebia em casa, dividia as coisas e tal, mas, muitas pessoas chegando, ao mesmo tempo, aí começam pequenos delitos, furtos, aí pessoas envolvidas com drogas, né? pequenos delitos que incomodam, acabam incomodando, né? Um acúmulo de coisas. Os venezuelanos acabam usando, é... do serviço de saúde pública, aí tem muita reclamação em termos de segurança pública, pequenos delitos, o inchaço da saúde, né? E a própria insegurança que as pessoas – que as pessoas que moram em Pacaraima e aqui sentem de sair as ruas, que tem um monte de gente nas ruas, se sentem menos seguras. [...] Aí tem candidato, né, que aproveita o momento pra insuflar, “vamos botar pra fora os venezuelanos”, etc., usam eles como plataforma.

No excerto acima, nota-se que a associação entre populações refugiadas e atos criminosos ou atitudes violentas é mais uma vez reforçada através do relato – repetitivo – de delitos, furtos e envolvimento com drogas por parte dos/as venezuelanos/as. Tal associação é comumente evocada para, de alguma forma, validar a insegurança sentida por parte dos brasileiros e o distanciamento que é estabelecido entre os mesmos e as populações refugiadas. Como apontado anteriormente, a tentativa de preservação da imagem do Brasil como um país acolhedor através da marcação de uma cordialidade inicial acaba responsabilizando os venezuelanos solicitantes de refúgio pelo tensionamento da relação entre os grupos.

Ademais, a narrativa evidencia a necessidade por direitos básicos, como o acesso ao sistema de saúde, por exemplo, e a busca pelos mesmos por parte dos venezuelanos como alguns dos principais motivos de incômodo e inquietação por parte da população local. É interessante observar que, mediante essa construção de culpabilização dos refugiados e solicitantes de refúgio, os órgãos e figuras responsáveis pela provisão desses direitos terminam isentos de cobranças e, com frequência, se utilizam desse discurso para autopromoção, usando os venezuelanos “como plataforma”.



4. À GUIZA DE CONCLUSÃO

No presente texto, atendemos ao chamado interdisciplinar para mapear as práticas migrantes recrutando para isso a noção de paisagens discursivas. Nosso objetivo central foi observar como uma análise de narrativas que circulam no epicentro daquilo que ficou conhecido como a maior crise migratória no Brasil pode contribuir para a compreensão da experiência de deslocamento e recepção de venezuelanos e venezuelanas a partir da perspectiva dos vários atores sociais implicados no fenômeno – solicitantes de refúgio, habitantes de Roraima, gestores governamentais e não-governamentais.

Com foco nas escolhas discursivas das narrativas selecionadas para a fronteirização do campo da pesquisa, sublinhamos pistas que nos levam agora a uma reflexão sobre os embates discursivos tornados mais salientes do campo e que fazem emergir certos contra-mapas que desafiam escalas e grandes narrativas homogeneizantes sobre a recepção da população venezuelana. Desde os primeiros fragmentos de nosso pequeno *corpus*, gerado nas avenidas que nos foi possível percorrer, vemos ser tensionada a categoria de refúgio. Ao mesmo tempo em que é legitimada pelo governo brasileiro – patente na própria estrutura da Operação Acolhida –, o rótulo de refugiado não aparece de forma produtiva no campo, nem pela voz dos/as venezuelanos/as, nem pelos demais atores que se responsabilizam por sua assistência. Quando constroem nas suas histórias as causas e circunstâncias do seu deslocamento, a população venezuelana põe em xeque estereótipos idealizados de refúgio, em geral associados às imagens da fuga, da violência, da ruptura dos laços com país de origem e da impossibilidade de retornar. A condição de refugiado é produzida no campo a partir de bases próprias, como uma categoria difusa.

Da mesma forma, aparecem disputadas definições e estigmas sobre abrigos de refugiados. Tratados por vezes como espaços acolhedores da ordem dos “condomínios” e dos “hotéis”, se afastam dos tropos da vulnerabilidade, massificação e miséria (LANETTE, 2019), a partir de discursos que subfocalizam e naturalizam sua precariedade. Complicando o modo positivo como são oficialmente avaliados, nos espaços dos abrigos circulam com certa estabilidade discursos civilizatórios prescritivos, que colocam brasileiros/as e venezuelanos/as em posições distintas e hierarquizadas. Ao mesmo tempo, a militarização das políticas públicas de acolhimento se discursiviza com uma ênfase no controle e docilização dos corpos nesses espaços e torna imbricados tropos de cuidado e controle; o discurso humanitário e o securitário. Acrescente-se a isso a invisibilidade das políticas de estado na assistência dos imigrantes, que, em geral, aparecem a cargo das agências humanitárias globais e da sociedade civil. Esse apagamento talvez esteja na base de outra característica discursiva das narrativas, que é um certo embaralhamento entre direito e favor na proteção dos/as refugiados/as.

Por fim, notamos uma tensão relevante entre o reforço e a desconstrução do discurso sobre a cordialidade e hospitalidade brasileiras. As narrativas nos mostram modos como uma (des)acolhida no Brasil estende muitas vezes a experiência de sofrimento. Além disso, a emergência de eixos de diferenciação entre brasileiros/as e venezuelanos/as, venezuelanos/as disciplinados e indisciplinados, pertença e não-pertença, passado e presente, indicam como um discurso explicitamente xenofóbico emergiu no campo.

A decisão de tomar como objeto de estudo as próprias narrativas dos participantes da pesquisa como *locus* de produção de conhecimento sobre a presença e circulação da população venezuelana no estado de Roraima segue a tradição de estudos discursivos da Análise de Narrativa, um campo vocacionado, entre outras coisas, à pesquisa empírica com dados de entrevistas qualitativas, e que concebe as práticas discursivas “nativas” como pedra fundamental da pesquisa social.

Nosso intuito aqui foi privilegiar vozes e compreensões em geral subaproveitadas na pesquisa sobre sentidos migratórios, apostando na possibilidade de as pessoas e grupos sociais atuarem como agentes das explicações sobre si e dos fenômenos que protagonizam. No emaranhado polifônico de suas próprias experiências, os sujeitos de pesquisa organizam paisagens e identidades que por vezes deslocam sentidos estabilizados em práticas discursivas que têm circulação garantida e legitimada. Neste estudo, a prática de pesquisa que atenta para narrativas orais contadas no campo convida para a conversa fragmentos de representações, posições e avaliações variadas sobre grupos, instituições e ações que tanto definem quanto complexificam o espaço da fronteira.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

BAMBERG, M. Positioning Between Structure and Performance. *Journal of Narrative and Life History*, v. 7, n. 1, p. 335-342, 1997.

BIAR, L. et. al. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021.

BLOMMAERT, J. *Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes. Chronicles of Complexity*. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

BRUNER, J. *Acts of meaning*. Harvard University Press, 1990.



BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

DE FINA, A. Doing Narrative Analysis from a Narratives-as-Practices Perspective. *Narrative Inquiry*, v. 31, n. 3, p. 49-71, 2020.

DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. Power/knowledge. Selected interviews and other writings. New York: Pantheon, 1980.

GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GORTER, D. (org.). Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

HARRELL-BOND, Barbara. Can Humanitarian Work with Refugees Be Humane? *Human Rights Quarterly*, v. 24, p. 51-85, 2002.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. Language in the inner city. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-397.

LANETTE, C. Visual Depictions of Refugee Camps: constructing Notions of Refugee-ness? In: PRANEE, L. (org.), Handbook of Research Methods in Health Social Sciences. Singapore: Springer Singapore, 2019. p. 1811-1828.

LINDE, C. Life stories: The creation of coherence. Oxford: OUP, 1993.

POLKINGHORNE, D. Narrative knowing and the human science. New York: New York Press, 1988.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (org.). Linguistic landscape: expanding the scenery. London: Routledge, 2009.

WORTHAM, S. Narratives in Action. New York: Teachers College Press, 2001.

